

DIAGNÓSTICO DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS NA COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA

2019



Poder
Judiciário

CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra,
desde que citada a fonte.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente: Ministro José Antonio Dias Toffoli
Corregedor Nacional de Justiça: Ministro Humberto Martins
Conselheiros: Ministro Emmanoel Pereira
Rubens de Mendonça Canuto Neto
Candice Lavocat Galvão Jobim
Valtércio Ronaldo de Oliveira Francisco
Luciano de Azevedo Frota Arnaldo
Cristiana Simões Amorim Ziouva
Ivana Farina Navarrete Pena
André Luiz Guimarães Godinho
Marcos Vinícius Rodrigues
Maria Tereza Uille Gomes
Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral: Carlos Vieira von Adamek
Diretor-Geral: Johanness Eck

Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica

Secretário Especial: Richard Pae Kim
Juizes Auxiliares: Carl Olav Smith
Dayse Starling Motta
Flávia Moreira Guimarães Pessoa
Lívia Cristina Marques Peres

EXPEDIENTE

Departamento de Pesquisas Judiciárias

Diretora Executiva Gabriela de Azevedo Soares
Diretor de Projetos Igor Caires Machado
Diretor Técnico Igor Guimarães Pedreira
Pesquisadores Danielly Queirós
Elisa Colares
Igor Stemler
Rondon de Andrade

Estatísticos Filipe Pereira
Davi Borges
Jaqueline Barbão

Apoio à Pesquisa Alexander Monteiro
Cristianna Bittencourt
Lucas Delgado
Pâmela Tieme Aoyama
Pedro Amorim
Ricardo Marques
Thatiane Rosa

Estagiários Doralice Pereira
Lucas Dutra
Nathália Rodrigues

Diagramação Ricardo Marques

2019

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SEPN Quadra 514 norte, lote 9, Bloco D, Brasília-DF

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL	7
3. SOBRE A PESQUISA E PERFIL DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS RESPONDENTES	10
4. ESTRATÉGIAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS POR VIA ADMINISTRATIVA	13
4.1 PREVENÇÃO DA INADIMPLÊNCIA	13
4.2 ESTRATÉGIAS ADMINISTRATIVAS DE RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO	15
5. RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO PELA EXECUÇÃO FISCAL	19
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
ANEXO I - CONSELHOS QUE RESPONDERAM A PESQUISA	28
ANEXO II - MODELO DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO APLICADO AOS TRIBUNAIS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	40

1. INTRODUÇÃO

Os conselhos de fiscalização do exercício profissional são os responsáveis pelo disciplinamento, regulamento, fiscalização e garantia da qualificação dos profissionais liberais no exercício de suas atividades, visando conter os possíveis riscos inerentes de suas atividades à sociedade. Diante de sua responsabilidade social e o caráter de interesse público de seus serviços, esses conselhos são considerados autarquias¹ e, apesar de não estarem diretamente ligados aos órgãos da administração pública federal, tampouco contarem com orçamento público, estão sujeitos à fiscalização do Estado². Tais órgãos diferem das associações e sindicatos, que são consideradas pessoas jurídicas de direito privado tendo em vista que seus objetivos são, respectivamente, a atualização e aprimoramento da atuação profissional e atuação em torno das questões trabalhistas.

Desse modo, o profissional poderá livremente buscar se associar ou se sindicalizar, porém, sua atuação na área fica condicionada à inscrição no conselho responsável pela fiscalização do exercício de suas atividades³.

O financiamento e o custeio das atividades dessas entidades advém de contribuições de natureza considerada tributária, conforme caráter social e de interesse público previsto pelo art. 149 da Constituição Federal de 88:

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

Uma vez que o profissional esteja inscrito em seu respectivo conselho, o pagamento das anuidades e demais contribuições estabelecidas torna-se obrigatório. Os casos de inadimplemento dessas contribuições podem ser cobrados pelos próprios conselhos, por via administrativa, bem como por via judicial. No primeiro caso, as entidades podem regulamentar as consequências administrativas em face do atraso ou do não pagamento, desde multas até a suspensão do registro (e, como con-

1 Conforme definido no art. 5º do Decreto-Lei 200/67: "Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se: I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada."

2 Conforme art. 183 do Decreto-Lei 200/67: "Art. 183. As entidades e organizações em geral, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, que recebem contribuições para fiscais e prestam serviços de interesse público ou social, estão sujeitas à fiscalização do Estado nos termos e condições estabelecidas na legislação pertinente a cada uma."

3 Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados Proposta de Emenda à Constituição nº 108/2019 de autoria do Poder Executivo que pode vir a acabar com a obrigatoriedade da inscrição, ficando condicionada às atividades que representem "risco de dano concreto à vida, à saúde, à segurança ou à ordem social".

sequência, o impedimento do exercício da atividade). Já pela via judicial, a cobrança é feita por meio de ação de execução fiscal sob competência da Justiça Federal⁴.

Sob a perspectiva do Judiciário, os processos de execução fiscal, de maneira geral, são objeto de constante preocupação. Não somente devido ao grande volume de ações⁵, mas também por se tratarem de ações voltadas à recuperação de créditos já com grandes probabilidades de frustração, uma vez que esta via é, ou deveria ser, a última estratégia a ser utilizada para buscar reestabelecer o inadimplemento.

Nesse sentido, este relatório tem por objetivo apresentar informações sobre as execuções fiscais na Justiça Federal, com enfoque nas demandas originadas pelos Conselhos Profissionais. O documento está estruturado em seis capítulos, inclusa esta introdução. No segundo capítulo são apresentados dados gerais da execução fiscal no âmbito da Justiça Federal, com apuração dos maiores litigantes. Do terceiro ao quinto capítulo estão consolidados os resultados da pesquisa realizada pelo CNJ, junto aos Conselhos Profissionais Regionais e Federais, de forma a identificar as formas de recuperação extrajudicial, métodos de prevenção da inadimplência e critérios adotados antes do início da ação judicial. Por fim, no sexto capítulo, as considerações finais reúnem os principais resultados obtidos. A relação dos conselhos que participaram da pesquisa, bem como o modelo de questionário aplicado, estão dispostos nos anexos I e II, respectivamente.

⁴ Conforme Súmula 66 do STJ.

⁵ Os processos de execução fiscal alcançaram a quantidade de 3.234.880 em 2017, o equivalente a 39% dos processos totais pendentes e 74% dos processos de execução pendentes (CNJ, 2018).

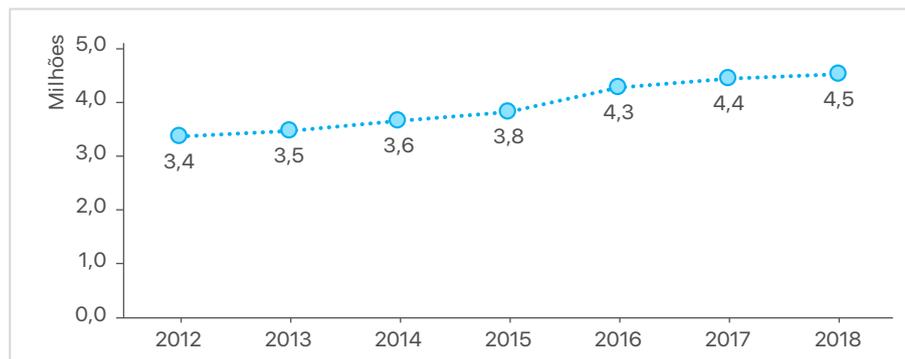
2. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL

Conforme publicado no último Relatório Justiça em Números (CNJ, 2019), os processos de execução fiscal em tramitação correspondem a um total de 31 milhões de ações, são responsáveis por 39% do total de casos pendentes no Poder Judiciário e possuem a maior taxa de congestionamento em comparação a todos os demais tipos de processos, 90%. Entende-se que a taxa de congestionamento no Poder Judiciário como um todo poderia ser reduzida em 8 pontos percentuais se fossem desconsiderados os processos de execução fiscal – sairia, portanto, do patamar atual de 71% (setenta e um por cento) para 63% (sessenta e três por cento).

Analisando a série histórica de 2009 a 2018 da quantidade de processos de execução fiscal, é em 2018 quando, pela primeira vez, pode-se verificar redução – ainda que bastante sutil – no número de casos pendentes nos processos de execução fiscal (-0,4%). Além disso, também se pode verificar a redução de casos novos (-7,7%). Tais reduções, aliadas ao aumento de processos baixados (25,8%), fizeram com que a taxa de congestionamento sofresse, pela primeira vez, redução em 2 pontos percentuais no ano de 2018. O tempo decorrido entre o início da execução fiscal e a solução definitiva (baixa do processo) é de, em média, 9 anos e 1 mês.

Ao observar os dados apenas da Justiça Federal, tem-se um volume de 4,5 milhões de processos e uma taxa de congestionamento ainda maior – 92,7%, com tais ações correspondendo a 45% do acervo do segmento. A série histórica 2012-2018 mostra que tais números vêm crescendo, com ápice em 2018 (Figura 1).

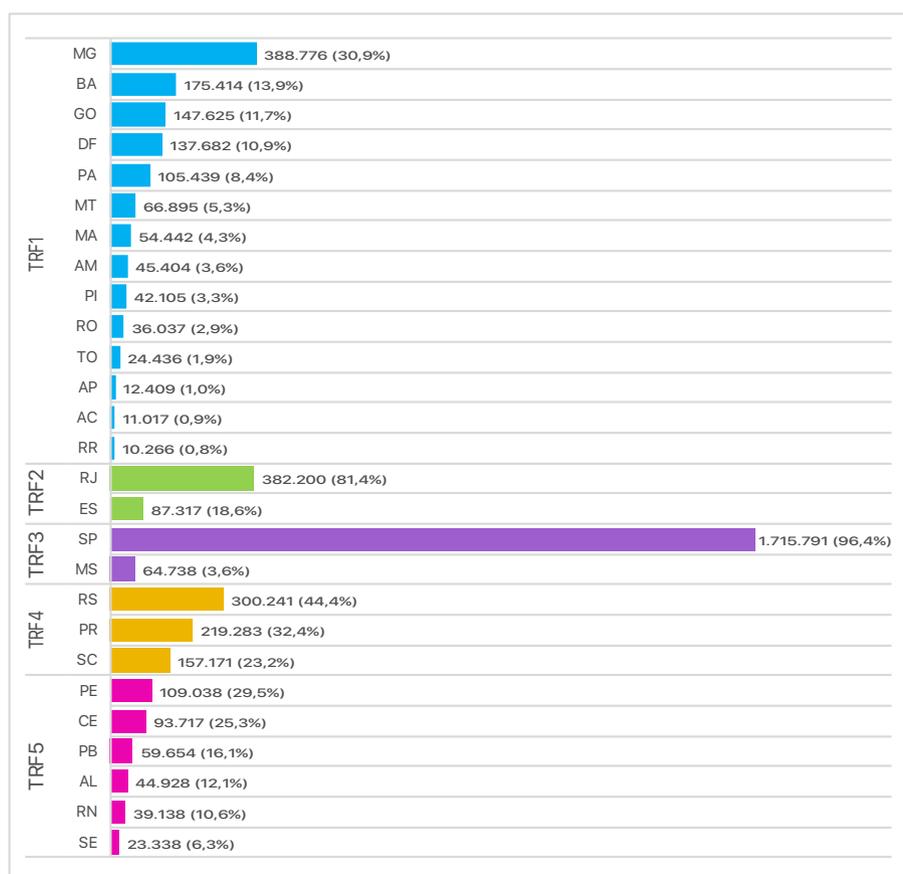
Figura 1: Série Histórica do número de processos de execução fiscal em trâmite na Justiça Federal, anos de 2012 a 2018



Fonte: Conselho Nacional de Justiça. Relatório Justiça em Números 2019. Elaboração: DPI/CNJ

O CNJ possui atualmente informações mais detalhadas sobre os processos em tramitação no Poder Judiciário por meio da Base da Replicação Nacional⁶ que permitiram a análise dos processos de execução fiscal em tramitação em setembro de 2019 na Justiça Federal. Considerando e categorizando as partes envolvidas nesses processos, foi possível verificar que os processos se distribuem nas unidades da federação da forma esperada, ou seja, com maior número de ações nas UFs com maior concentração populacional e com maior produto interno bruto⁷. O TRF 3, responsável por 38% dos processos de execução fiscal neste ramo de justiça, têm concentração quase absoluta de processos em São Paulo. Enquanto o TRF5 é aquele que possui distribuição mais equânime entre cada uma das UFs.

Figura 2: Número de processos de execução fiscal em trâmite na Justiça Federal, por seção judiciária, ano 2018



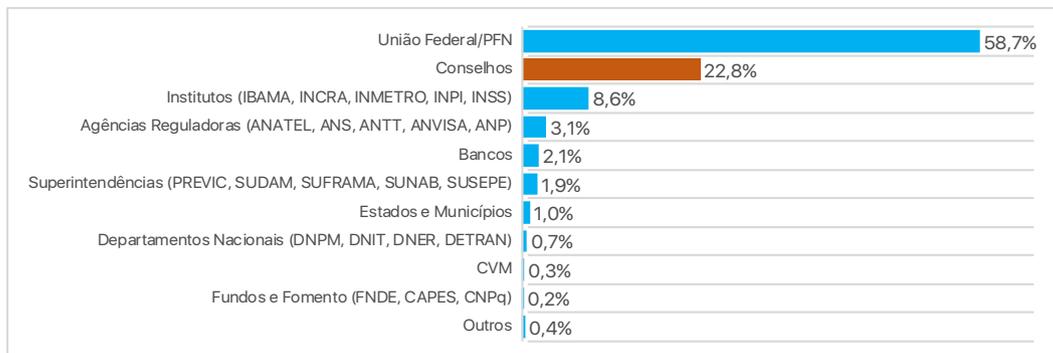
Fonte: Conselho Nacional de Justiça. Relatório Justiça em Números 2019. Elaboração: DPI/CNJ

6 A Replicação Nacional é um banco de dados, ainda não validado, que contém as informações detalhadas de cada processo judicial em trâmite, de todos os tribunais brasileiros. Os dados são recebidos em razão do Prêmio CNJ de Qualidade, observando-se o padrão do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), com campos tais como classes, assuntos, movimentos e dados das partes. Trata-se de um projeto, que se encontra em fase de limpeza e validação de dados, de forma a torná-lo no futuro a fonte oficial das Estatísticas Judiciárias. Em razão de dificuldades técnicas, existência de diversos sistemas e de processos judiciais físicos, alguns tribunais ainda não encaminham a totalidade dos casos em trâmite.

7 Conforme dados do IBGE, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná concentram 64,4% do Produto Interno Bruto. São essas mesmas cinco Unidades Federativas – com acréscimo da Bahia – que concentram 51% da população estimada para 2019.

Considerando ainda a Base da Replicação Nacional, foi realizada categorização das partes desses processos de execução fiscal da Justiça Federal em que foi possível identificar que os Conselhos Profissionais encontram-se como o segundo maior litigante, respondendo por 22,8% dos processos de execução fiscal que estavam em tramitação em setembro de 2019. Os Conselhos ficam atrás apenas da União, que concentra 58,7% dos casos.

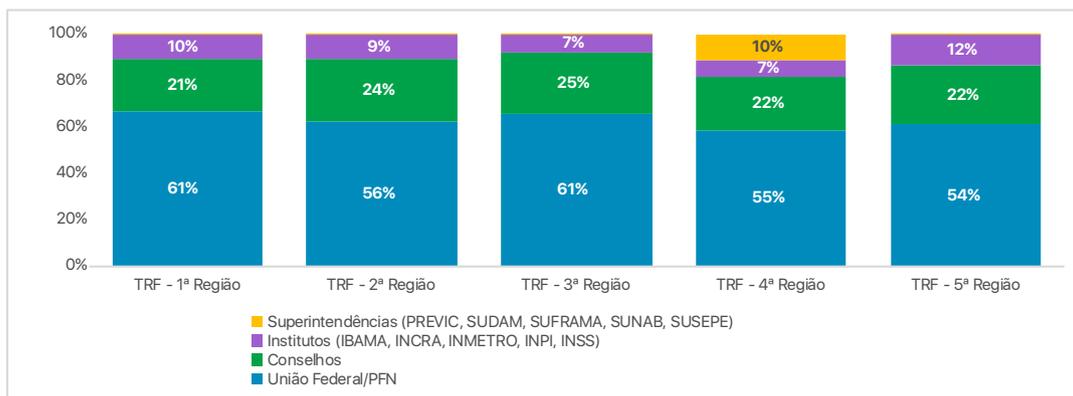
Figura 3: Percentual de processos segundo os maiores demandantes nas ações de execução fiscal, considerando os processos em tramitação em setembro de 2019



Fonte: Conselho Nacional de Justiça. Replicação Nacional. Elaboração: DPI/CNJ

Ainda quando analisados os maiores demandantes de execução fiscal em cada um dos Tribunais Regionais Federais, a proporção encontrada nacionalmente, se mantém, com os Conselhos Profissionais aparecendo nos percentis entre 21 e 25, logo atrás da União, que oscila entre 55% e 61% do total de processos⁸.

Figura 4: Agrupamentos de maiores demandantes na execução fiscal, por Tribunal Regional Federal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça. Replicação Nacional. Elaboração: DPI/CNJ

⁸ Informações apuradas em abril de 2019, da mesma fonte de informação – Replicação Nacional, revelavam um percentual de 62% de execuções fiscais demandadas pelos Conselhos Profissionais no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Na época, também constava como segundo maior litigante a parte denotada por “Justiça Federal”. Os dados foram corrigidos pelo tribunal e, na extração realizada em outubro de 2019, obteve-se o percentual 24% das execuções fiscais demandadas pelos Conselhos Profissionais, sem ocorrências da parte “Justiça Federal”.

3. SOBRE A PESQUISA E PERFIL DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS RESPONDENTES

Tendo em vista o problema da execução fiscal e a participação considerável dos casos envolvendo os conselhos responsáveis pela fiscalização do exercício profissional, o Conselho Nacional de Justiça solicitou a 579 conselhos⁹ dados relativos às cobranças de pagamentos – tanto no âmbito administrativo quanto no judicial, nos casos de inadimplência. A solicitação foi realizada por meio de ofício e os dados foram fornecidos por meio de formulário eletrônico disponibilizado no período de 20 de maio até 12 de julho de 2019.

No total 328 conselhos responderam ao formulário (56,6%), conselhos estes que correspondem a 13,7 milhões de profissionais inscritos, os quais 8,7 encontram-se em atividade. Sendo que, entre os conselhos respondentes, os de Enfermagem, Contabilidade, Representantes Comerciais, de Corretores de Imóveis e de Educação Física concentram 52,7% do total de profissionais em atividade abarcados pela pesquisa. Por outro lado, os conselhos com maior porcentagem de profissionais inscritos que se encontram em atividade são os de Química, Administração, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Nutricionistas e profissionais de Educação Física (cada um deles com mais de 80% de seus inscritos encontram-se em atividade) (Tabela 1).

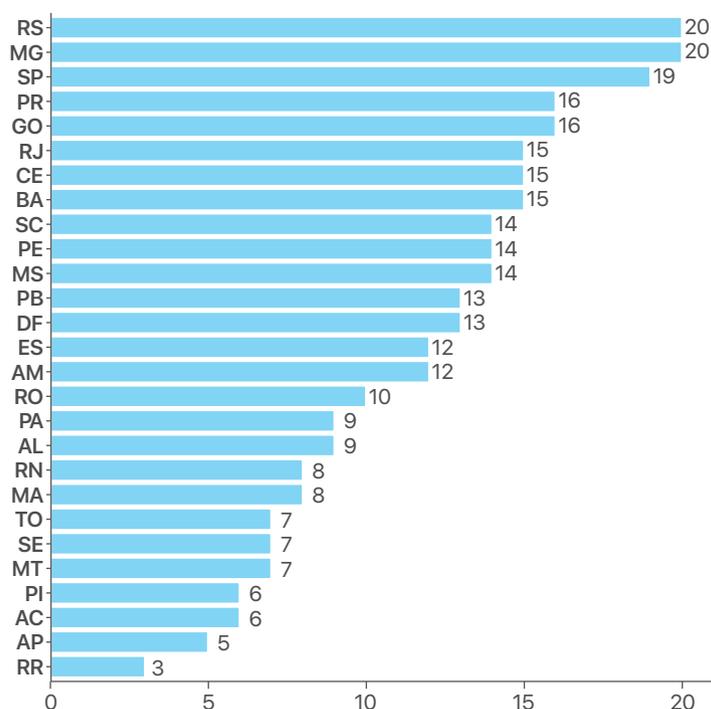
⁹ Em que 550 tratavam-se de conselhos profissionais regionais e 29 conselhos federais.

Tabela 1: Profissionais ativos por áreas de atuação

ÁREA DE ATUAÇÃO	INSCRITOS	ATIVOS	% DE ATIVOS
Enfermagem	3.592.716	2.116.540	58,9%
Contabilidade	1.679.510	726.631	43,3%
Representantes Comerciais	945.125	402.840	42,6%
Corretores de Imóveis	893.233	671.914	75,2%
Educação Física	839.872	701.845	83,6%
Engenharia e Agronomia	741.007	454.390	61,3%
Administração	709.487	620.082	87,4%
Farmácia	549.771	387.462	70,5%
Medicina	533.412	370.137	69,4%
Odontologia	516.358	412.382	79,9%
Química	460.247	413.737	89,9%
Medicina Veterinária	409.020	257.995	63,1%
Técnicos em Radiologia	374.629	220.302	58,8%
Psicologia	361.410	250.861	69,4%
Arquitetura e Urbanismo	222.309	175.029	78,7%
Serviço Social	180.681	112.891	62,5%
Biologia	140.603	74.250	52,8%
Nutricionistas	135.900	115.215	84,8%
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	109.516	94.975	86,7%
Biomedicina	84.314	56.544	67,1%
Economia	70.640	42.346	59,9%
Fonoaudiologia	63.538	43.481	68,4%
Biblioteconomia	28.097	13.484	48,0%
Profissionais de Relações Públicas	23.608	7.282	30,8%
Estatística	18.784	13.888	73,9%
Músicos do Brasil	9.552	4.961	51,9%
Despachantes Documentalistas do Brasil	4.709	3.545	75,3%
Museologia	4.413	2.463	55,8%
Economistas Domésticos	450	261	58,0%
TOTAL	13.702.911	8.767.733	

Os conselhos respondentes encontram-se nas 27 unidades da federação, havendo uma maior concentração no Distrito Federal, tendo em conta os 12 conselhos federais que ali se encontram e ressaltando-se também outros 3 conselhos federais que se encontram no Rio de Janeiro. Analisando, portanto, apenas os 313 conselhos regionais, as cinco unidades da federação com maior quantidade de conselhos respondentes são: Minas Gerais (20), Rio Grande do Sul (20), São Paulo (19), Goiás (16) e Paraná (16) (Figura 5).

Figura 5: Quantidade de conselhos respondentes da pesquisa por unidade da federação



4. ESTRATÉGIAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS POR VIA ADMINISTRATIVA

As contribuições relativas à fiscalização profissional não pagas pelos profissionais inscritos podem ser cobradas inicialmente administrativamente e, com o insucesso desta via, a cobrança pode ser realizada por meio judicial.

Entender de que maneira são definidas as estratégias de recuperação do crédito é útil para permitir a avaliação de alternativas que possam ser adotadas com vistas a promover redução das demandas judiciais. Assim, nas sessões a seguir estão apresentadas as informações coletadas a respeito de como são estabelecidos critérios para realização da primeira providência no âmbito administrativo para a cobrança.

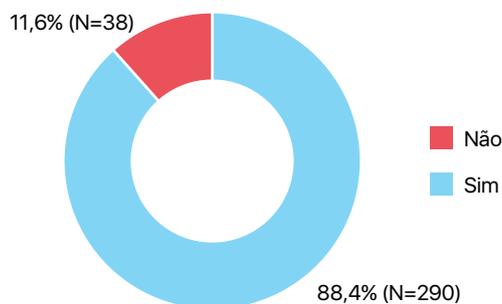
4.1 PREVENÇÃO DA INADIMPLÊNCIA

Neste tópico são abordados os métodos que auxiliam na prevenção do início da inadimplência, com a observação a respeito dos dados cadastrais mantidos e formas de pagamento disponibilizadas dos débitos porventura existentes.

Dado que estes conselhos não possuem orçamento público, a arrecadação de anuidades, multa, taxas e demais contribuições cobradas aos profissionais inscritos são as fontes únicas de financiamento que permitem o devido funcionamento dessas entidades. Sendo assim, a adimplência é de interesse direto não só do profissional, que precisa realizar sua atividade de maneira regular, mas também para a própria entidade, que precisa primar por sua manutenção e subsistência.

Pensando, então, em ações que minimizem a inadimplência, entende-se que o levantamento de dados para contato pode ser primordial para garantir a viabilidade e a cobrança do pagamento das contribuições em dia, reduzindo assim a necessidade de uso de estratégias de recuperação de créditos. Neste cenário, ao serem perguntados se há cadastro atualizado sobre os profissionais inscritos e ativos, 11,6% dos conselhos respondentes disseram não haver (Figura 6).

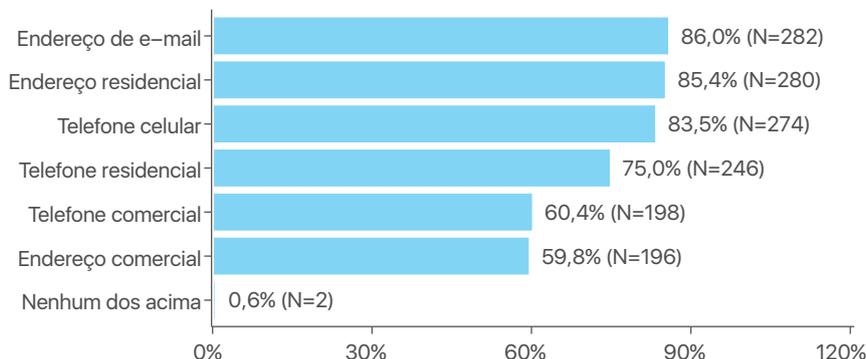
Figura 6: Conselhos profissionais que possuem cadastros atualizados



Os conselhos respondentes informaram que são solicitadas diversas informações cadastrais para garantir o contato com seus profissionais inscritos, sendo as principais delas: endereço de e-mail (86%), endereço residencial (85,4%) e telefone celular (83,5%). Telefones comerciais e endereços comerciais são as informações menos solicitadas (60,4% e 59,8%, respectivamente), conforme aponta a Figura 7.

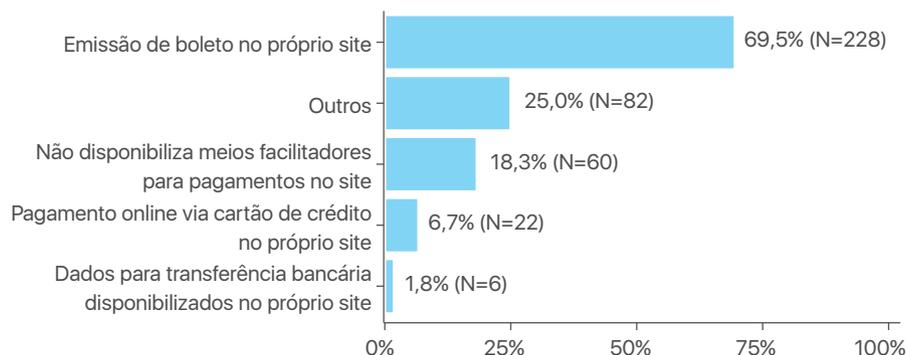
Cumpra esclarecer que a soma dos percentuais apresentados na Figura 4 supera o patamar de 100%, pois é possível solicitar mais de uma informação aos profissionais. Outros gráficos apresentados no decorrer deste relatório seguem o mesmo padrão.

Figura 7: Dados cadastrais solicitados aos profissionais



A estratégia de alcance aos profissionais inscritos para viabilizar o pagamento de maneira adimplente é dada, majoritariamente, por meio de emissão de boleto no site dos conselhos (69,5%). Há casos em que é disponibilizada a possibilidade de pagamento por cartão de crédito (Figura 8).

Figura 8: Meios para pagamento de débitos

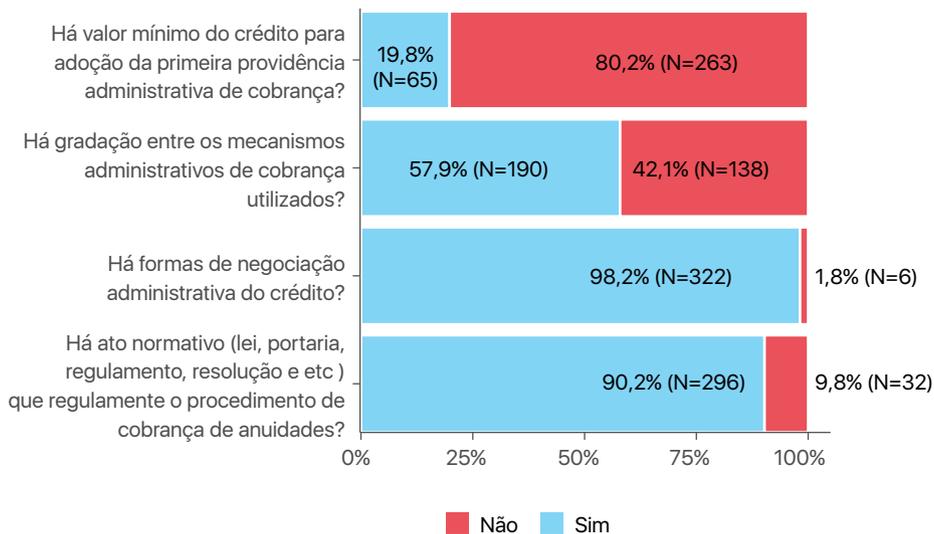


4.2 ESTRATÉGIAS ADMINISTRATIVAS DE RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO

Buscando informações sobre as possíveis estratégias dessas entidades em recuperar os créditos, foram realizadas perguntas sobre as providências tomadas para dar início à cobrança ainda em nível administrativo.

Verificou-se que apenas 19,8% dos conselhos estabelecem um valor mínimo para adotar as primeiras providências administrativas de cobrança. Parte majoritária desses conselhos (57,9%), adota estratégias de gradação de mecanismos administrativos para recuperação dos valores não recebidos. De toda forma, ainda se considera significativa a quantidade de conselhos que apontaram não haver tal gradação, o que permite inferir: ou não haver grande diferença nos custos entre os diversos mecanismos de recuperação desses valores, ou não haver sequer análise desses custos por parte dessas entidades. Somente seis conselhos respondentes (1,8%) afirmaram não possuir formas de negociação administrativa dos valores devidos e apenas 32 conselhos (10,3%) não possuem ato normativo (lei, portaria, regulamento, resolução etc.) que regulamente o procedimento de cobrança de anuidades (Figura 9).

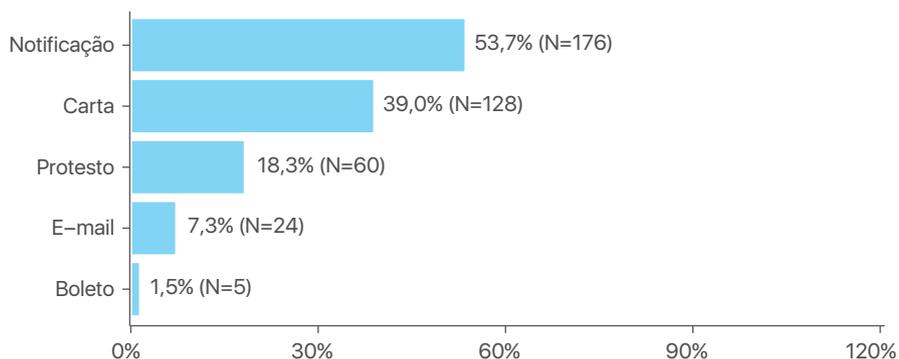
Figura 9: Cobrança extrajudicial de anuidades



Foi questionado se os conselhos realizam tentativas de cobrança administrativa, prévias ao início da ação judicial, por meio de envio de carta, notificação e protesto, entre outras. As tratativas para seguir da via administrativa para a via judicial variam prioritariamente entre a notificação (53,7%) e o envio de carta (39%). Uma das vias extrajudiciais e/ou administrativas possíveis é o protesto. Tal estratégia significa comprovar o inadimplemento por meio do protesto do título¹⁰, o que incidirá na inserção do profissional inadimplente em cadastros de bloqueio de crédito. Provavelmente em decorrência do maior custo dessa estratégia, ela acaba por ser utilizada em poucos dos conselhos respondentes (18,3%).

10 Conforme previsto na Lei nº 9492/1997: "Art. 1º Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.Parágrafo único. Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas."

Figura 10: Métodos de cobrança, via administrativa, mais usados



Segundo as informações fornecidas, os conselhos que responderam a esta pesquisa acumulam um total de 2,9 milhões de cobranças administrativas em curso. Os conselhos de Enfermagem, Odontologia, Contabilidade, Farmácia e Administração figuram entre os que mais possuem cobranças em aberto, acumulando 73% delas. Os conselhos de Enfermagem concentram 48% das cobranças apuradas.

No ano de 2018, segundo os órgãos respondentes, 7,6 milhões de créditos foram recuperados administrativamente, correspondendo a um montante de R\$ 1,2 bilhão (Tabela 2).

Tabela 2: Créditos recuperados administrativamente em 2018

ÁREA DE ATUAÇÃO	QUANTIDADE DE COBRANÇAS EM CURSO	QUANTIDADE DE CRÉDITOS RECUPERADOS	VALOR TOTAL DOS CRÉDITOS RECUPERADOS
Contabilidade	228.106	1.989.405	R\$ 451.210.573,00
Medicina Veterinária	49.282	149.480	R\$ 247.540.074,00
Farmácia	121.396	32.276	R\$ 119.659.163,00
Biologia	13.538	111.554	R\$ 74.636.050,00
Engenharia e Agronomia	107.190	150.715	R\$ 54.641.813,00
Enfermagem	1.388.696	3.633.323	R\$ 51.582.738,00
Corretores de Imóveis	100.327	53.525	R\$ 40.837.141,00
Educação Física	49.817	179.536	R\$ 33.336.888,00
Química	106.073	43.604	R\$ 25.300.696,00
Medicina	48.987	47.044	R\$ 19.038.238,00
Administração	118.596	540.715	R\$ 18.870.129,00
Odontologia	241.213	186.546	R\$ 14.237.647,00
Arquitetura e Urbanismo	64.283	1.311	R\$ 11.894.290,00
Representantes Comerciais	95.126	42.273	R\$ 8.698.750,00
Psicologia	55.867	22.727	R\$ 8.561.952,00
Nutricionistas	21.100	5.205	R\$ 4.721.480,00
Economia	8.799	258.614	R\$ 4.175.374,00
Biomedicina	3.597	5.402	R\$ 3.911.052,00
Serviço Social	35.551	11.589	R\$ 3.699.077,00
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	5.533	4.627	R\$ 3.072.228,00
Técnicos em Radiologia	15.332	160.294	R\$ 2.983.501,00
Fonoaudiologia	6.053	3.693	R\$ 2.416.253,00
Profissionais de Relações Públicas	193	263	R\$ 189.851,00
Biblioteconomia	1.992	737	R\$ 182.830,00
Estatística	851	430	R\$ 152.740,00
Museologia	439	248	R\$ 70.092,00
Despachantes Documentalistas do Brasil	0	25	R\$ 9.062,00
Economistas Domésticos	0	12	R\$ 5.811,00
Músicos do Brasil	162	8	R\$ 960,00
TOTAL	2.888.099	7.635.181	R\$ 1.205.636.452,00

5. RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO PELA EXECUÇÃO FISCAL

A preocupação com a execução fiscal e, com isso, a busca por aprofundar as informações a respeito desses processos culminou ainda em 2011 em pesquisa realizada em conjunto entre o CNJ e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Conforme encontrado pela pesquisa, o perfil da demanda judicial em torno da execução fiscal tinha contornos muito específicos nos processos em que as ações eram propostas por conselhos profissionais.

Esses processos equivaliam a 36,4% do universo pesquisado e envolviam valores substancialmente menores do que aqueles apresentados pela PGFN, por exemplo (com as respectivas médias de R\$ 1.540,74 e R\$ 26.303,81). Ainda segundo a referida pesquisa, as ações propostas pelos conselhos profissionais também tramitavam de maneira mais rápida e com maior probabilidade de baixa por pagamento (Ipea, 2010).

À época, também foi apontado que a execução fiscal vinha sendo utilizada pelos conselhos profissionais como primeiro instrumento de cobrança, tanto com relação às anuidades, como nas demais multas e taxas de fiscalização que, muitas vezes, possuíam valores considerados irrisórios.

Considerando que os valores de anuidades e multas costumam ser relativamente baixos para os custos realizados no âmbito do Poder Judiciário, foi previsto pelo legislador valor mínimo a ser alcançado para que seja dada entrada de ação judicial. Segundo o art. 8º da Lei nº 12.514/2011:

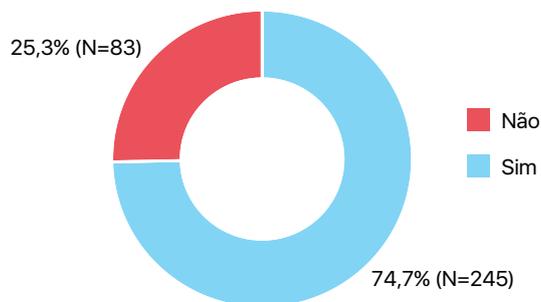
“Art. 8º - Os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente.”

Os dados coletados não tinham como objetivo fazer levantamento de série histórica de modo a perceber o possível impacto da participação dos conselhos nos processos de execução fiscal a partir da revisão legislativa de 2011. De todo modo, quando analisado que na pesquisa do Ipea de 2010 essa participação era de 36,4% do universo pesquisado e que, atualmente, esse valor corresponde a 22,8%¹¹, pode-se considerar haver indícios (que ainda merecem comprovação) de possível queda dos ajuizamentos para recuperação dos créditos relativos aos conselhos profissionais.

Na presente pesquisa, quando perguntados sobre a realização de análise prévia a propositura de execução fiscal sobre a viabilidade da recuperação do crédito, um número considerável de conselhos respondeu não realizar (25,3%).

¹¹ Considerando os dados da Base de Replicação Nacional apresentado anteriormente, considerando aqueles processos em tramitação em setembro de 2019.

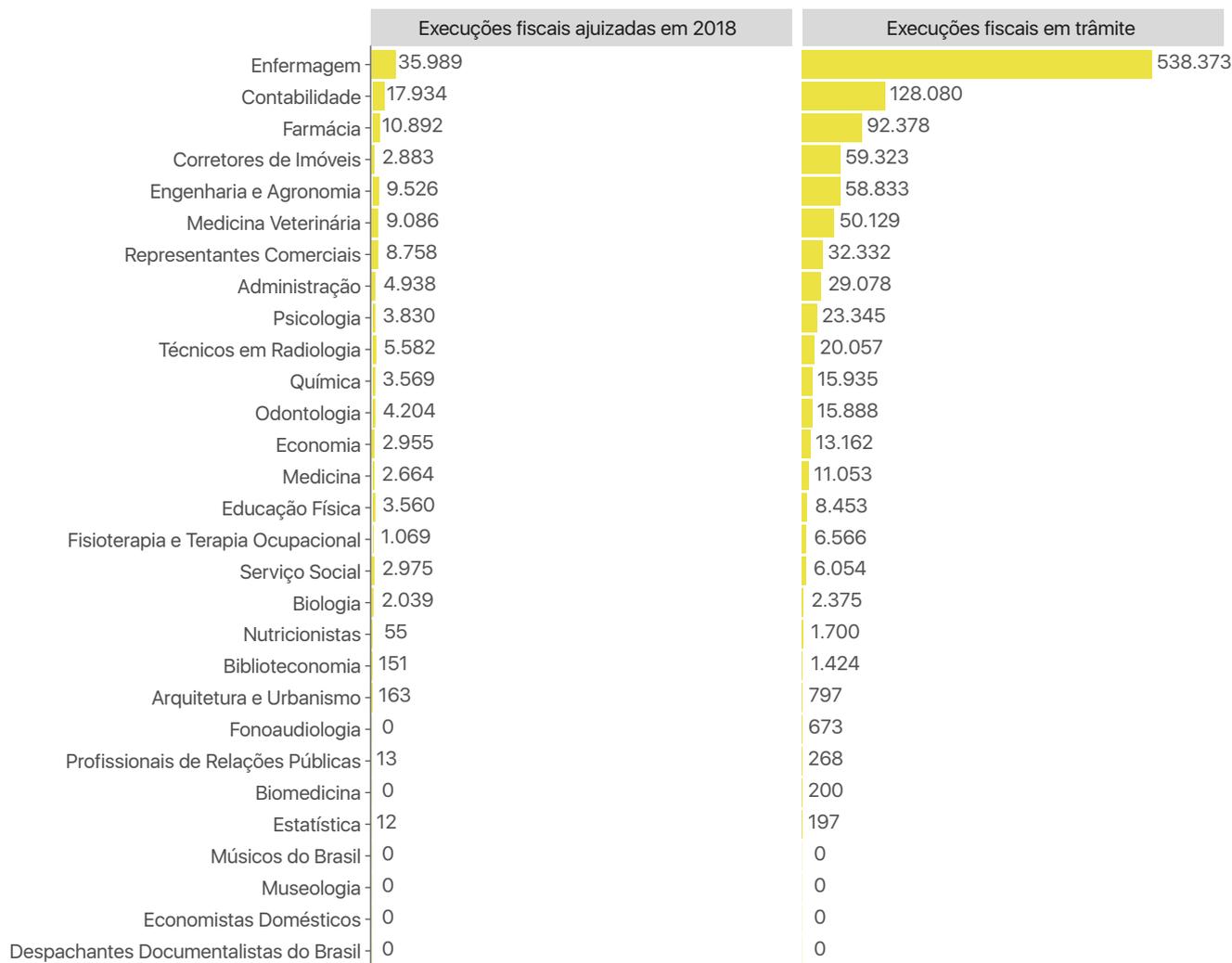
Figura 11: Realização de análise da viabilidade da recuperação do crédito antes da propositura da execução fiscal



Segundo os dados informados pelos conselhos, atualmente estão tramitando no Poder Judiciário cerca de 1,1 milhão de processos de execução fiscal relativos aos conselhos respondentes, o que corresponde a um montante financeiro de R\$ 1,8 bilhão. No ano de 2018, foram ajuizadas 132,8 mil ações, a um valor de quase R\$ 500 milhões.

De acordo com a área de atuação, os conselhos com maior número de execuções em trâmite no Poder Judiciário são os de Enfermagem, Contabilidade, Farmácia, Corretores de Imóveis e de Engenharia e Agronomia. Com exceção dos conselhos de Corretores de Imóveis, são esses também os que ajuizaram mais ações em 2018 (Figura 12).

Figura 12: Quantidade de processos de execução fiscal em trâmite por área de atuação

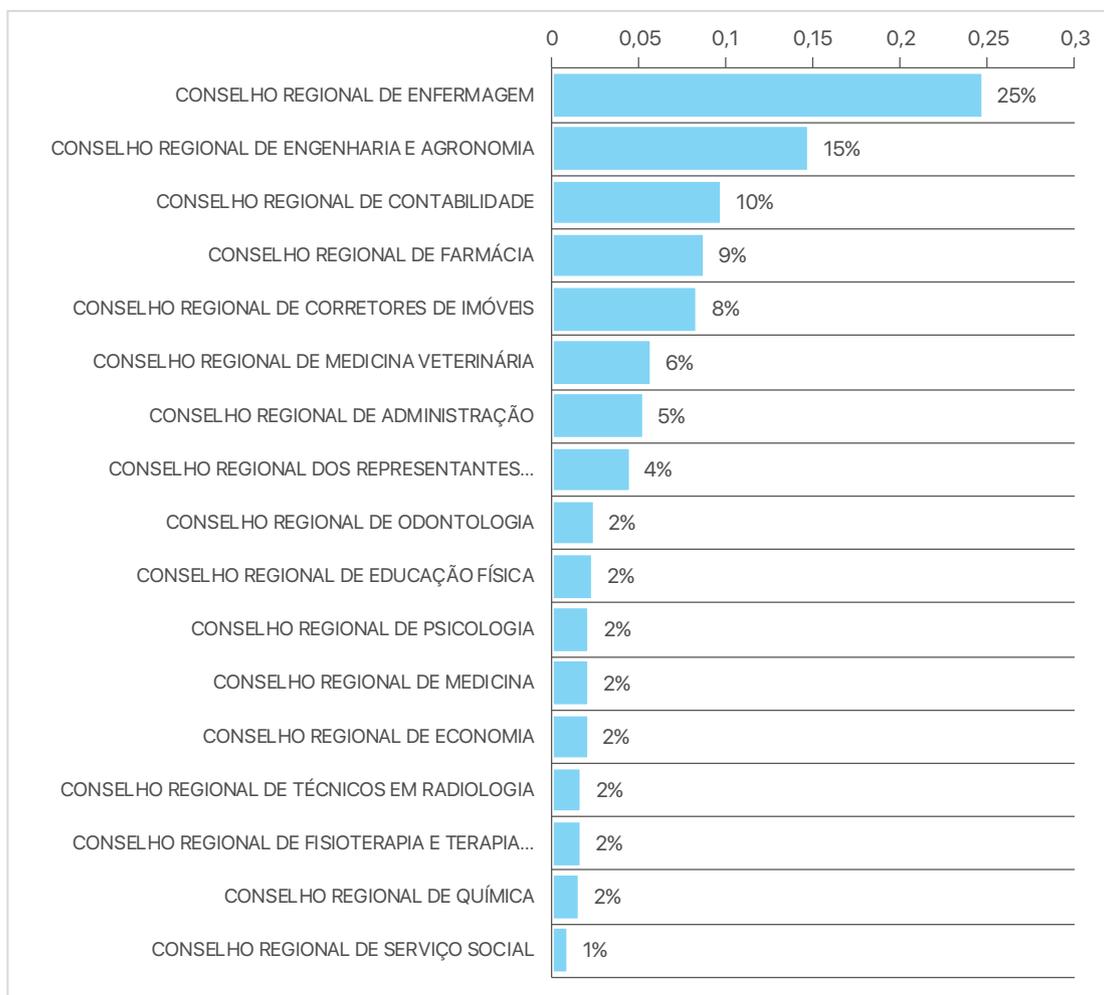


Quando analisados esses dados, em conjunto com aqueles constantes na Base da Replicação Nacional, percebe-se, de fato, que são estes mesmos conselhos que constam como os cinco maiores demandantes frente aos demais conselhos. Quando considerados os dados da Replicação Nacional frente ao informado pelos conselhos profissionais, a variação de posições fica a cargo do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, com acervo proporcionalmente maior, e o Conselho Regional de Contabilidade, com participação proporcional mais próxima a dos Conselhos Regionais de Farmácia e de Corretores de Imóveis.

As diferenças entre as Figuras 12 e 13 decorrem, entre outros fatores, das diferenças metodológicas aplicadas em cada caso. Enquanto na Figura 12 o ranking dos litigantes partiu dos dados

informados pelos próprios Conselhos, na Figura 13, as informações são provenientes da classificação e padronização dos nomes das partes utilizando-se a base de dados da Replicação Nacional, logo, contemplando todas as partes possíveis. Dessa forma, o próprio aumento no índice de participação regional por parte de um determinado conselho pode influenciar o resultado. De outro lado, cumpre informar que a Base da Replicação Nacional ainda está em fase de limpeza e validação de dados. Outro motivo para as diferenças encontradas refere-se os períodos de apuração que são distintos.

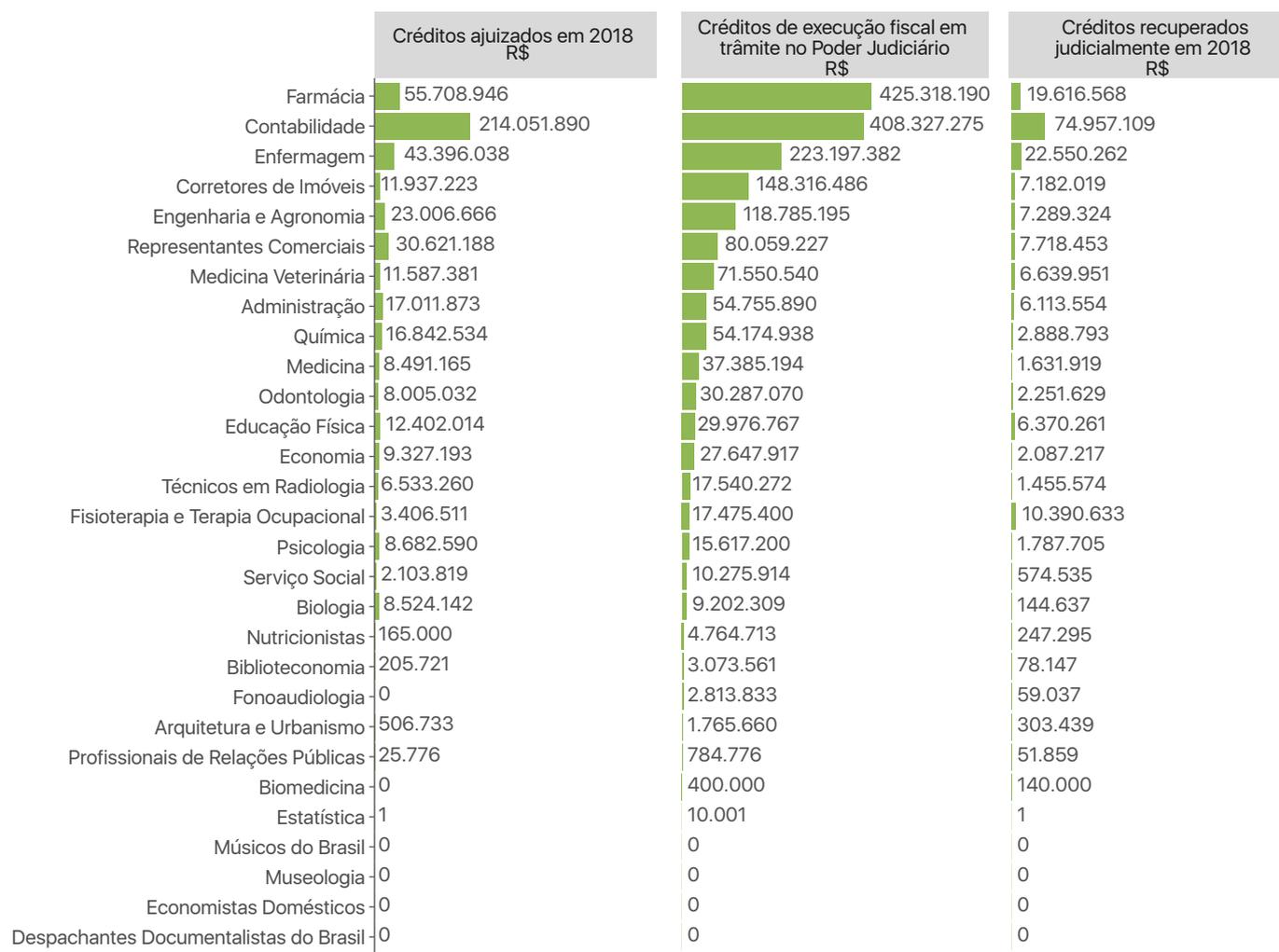
Figura 13: – Os Conselhos Profissionais mais litigantes



Apenas os dados fornecidos pelos conselhos pesquisados permitem ter maiores informações sobre os valores correspondentes ao ajuizamento das ações. Com base nessas informações, são os conselhos de Contabilidade, de Farmácia e de Enfermagem que concentram os maiores valores de créditos em execução fiscal em trâmite. Os de contabilidade possuem maior valor em créditos nos

processos ajuizados em 2018 (R\$ 214.051.890,00), ao mesmo tempo que possuem os maiores valores em créditos recuperados neste mesmo ano (R\$ 74.957.109,00). Já o de Farmácia concentra o maior valor de créditos em trâmite no Poder Judiciário¹².

Figura 14: Créditos de execuções fiscais em trâmite por área de atuação



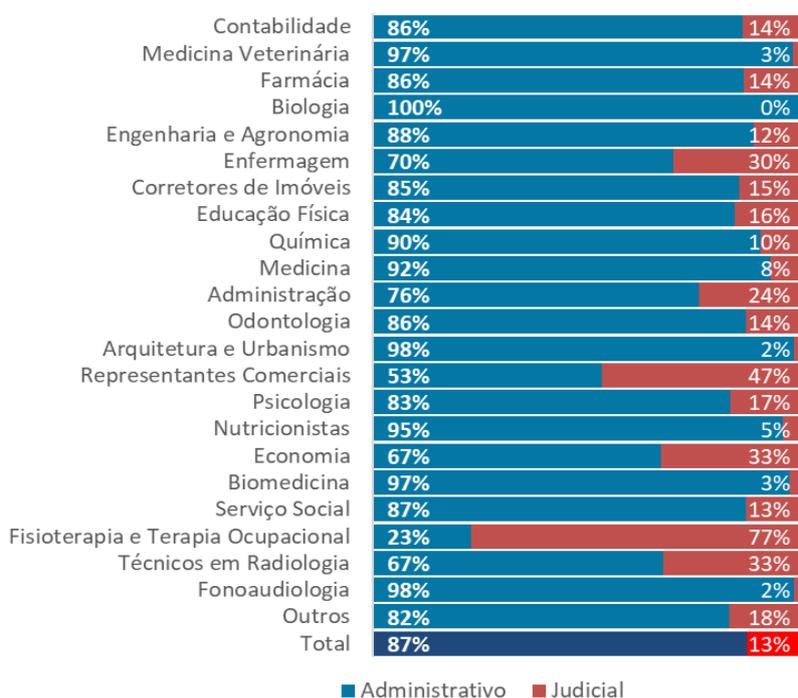
De maneira geral, portanto, e com base no levantamento realizado, tem-se que são os conselhos de Enfermagem, Contabilidade, Farmácia e Engenharia e Agronomia os maiores demandantes do Poder Judiciário, tanto em termos de números de processos de execução fiscal em trâmite, quanto quando

¹² As informações fornecidas não permitem apresentar conclusões suficientemente confiáveis sobre os valores médios recuperados pelos conselhos, a fim de entender algumas das diferenças entre o crédito recuperado pela via administrativa e pela via judicial. Para tanto, seria necessária realização de pesquisa amostral de processos administrativos e judiciais a fim de obter informações desagregadas e estatisticamente representativas.

se verifica apenas os ajuizados em 2018. Esse grande volume de ações se vê refletido, portanto, nos valores recuperados judicialmente em 2018, assim como aqueles ainda em tramitação.

Quando comparados os dados informados sobre os valores recuperados frente ao, tem-se que, juntos, os conselhos respondentes recuperaram mais de 1,2 bilhão de reais pela via administrativa, enquanto que os valores recuperados por meio do ajuizamento de ações no Poder Judiciário chegaram a apenas 182,5 milhões de reais (cerca de 13% do que se recupera administrativamente). Apenas os Conselhos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional informaram recuperar maior valor pela via judicial (77%), que pela via administrativa. E Conselhos como os de Biologia, Medicina Veterinária, Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina e Fonoaudiologia recuperam de 3% a menos de seus créditos por via judicial.

Figura 15: Valores recuperados nas vias administrativa e judicial, ano 2018



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os 328 conselhos respondentes correspondem a 56,6% do universo de conselhos profissionais contatados pelo CNJ. Ainda que novas investigações possam permitir maior acurácia dos dados informados, já é possível, com as informações encontradas ao longo deste relatório, apontar possíveis considerações.

Em comparação ao cenário encontrado em 2011 – quando da primeira investigação de campo sobre as execuções fiscais (Ipea, 2011) –, é possível perceber alguma diminuição da judicialização como estratégia única dos conselhos profissionais na recuperação dos créditos. Muito possivelmente como resultado da própria alteração legislativa que estipula valor mínimo para ajuizamento dos créditos de conselhos – a Lei nº 12.514/2011.

É importante ressaltar que a atuação do Poder Judiciário na recuperação dos créditos devidos aos Conselhos acaba por ter efetividade bastante limitada tendo em vista ser esta a última via disponível, fazendo com que os casos ali ajuizados sejam, de fato, os de mais difícil resolução. Seja por dificuldades em se encontrar os devedores, seja por constituir-se em questão juridicamente mais complexa.

De toda forma, o desafio de diminuir o congestionamento das ações no Poder Judiciário segue implicando em esforços por parte da organização judiciária. Com isso, a elaboração de soluções em termos mais sistêmicos – como a realizada em 2011 com a alteração legislativa estipulando valor mínimo para ajuizamento das ações – ou mais pontuais – analisando casos mais emblemáticos –, pode ensejar em considerável diminuição dos processos de execução fiscal pendentes.

Em termos de soluções mais pontuais, podem ser pensadas ações junto a conselhos que porventura se destaquem no ajuizamento de ações e nas soluções administrativas (portanto, prévias ao ajuizamento) para recuperação dos créditos.

Com base nos dados fornecidos pelos conselhos, o Conselho Regional de Farmácia de São Paulo, por exemplo, concentra 15,6% do total de créditos em processos de execução fiscal em trâmite atualmente. Por outro lado, o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande Norte, que já acumula valores significativos de créditos em processos em trâmite (10,3%), despontou em 2018 como o conselho respondente com maior valor de créditos ajuizados (correspondendo a 37,3% dos valores ajuizados em 2018). Apenas por esses dois exemplos, pode-se sugerir que nesses estados sejam realizadas ações em conjunto entre o Poder Judiciário e os conselhos com maior volume de créditos a serem recuperados ainda não ajuizados a fim de prevenir novos ajuizamentos.

Ainda que exista grande dificuldade na recuperação do crédito quando estes chegam ao Judiciário, dificuldade essa refletida nas altas taxas de congestionamento registradas historicamente nesse tipo de processo, deve-se destacar que, segundo os dados informados, foi por meio do Poder Judiciário que em 2018 foram recuperados R\$ 182,5 milhões. Mais uma vez, faz-se importante sugerir a possibilidade de realização de ações em conjunto entre o Poder Judiciário e conselhos como os de Contabilidade, Enfermagem e Farmácia, tendo em vista esses conselhos concentrarem 64,2% das ações ajuizadas.

Mesmo que por meio deste estudo não seja possível traçar um diagnóstico preciso ou aprofundado sobre as execuções fiscais provenientes da recuperação de créditos pelos conselhos profissionais, pode-se apontar para possíveis caminhos e ações conjuntas entre o Poder Judiciário e algumas dessas instituições que poderão minimizar as dificuldades ou, até mesmo, o insucesso dessas ações judiciais, bem como contribuir para a continuidade da diminuição da taxa de congestionamento desse tipo de processo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. STJ - Súmula 66. Verbetes STJ, Brasília-DF: 15 ago. 2007. Disponível em: http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.txt. Acesso em: 13 jun. 2019.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. A execução fiscal no Brasil e o impacto no Judiciário. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, julho 2011, 21 p. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/2d53f36cdc1e27513af9868de9d072dd.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019 .

BRASIL. Decreto-lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 13 jun.2019.

BRASIL. Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997. Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de setembro de 1997

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. Justiça em Números 2018: ano-base 2017. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/09/8d9faee7812d35a58cee3d92d-2df2f25.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Custo Unitário do Processo de Execução Fiscal na Justiça Federal. Brasília, DH, 2010. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7862/1/RP_Custo_2012.pdf. Acesso em: 13 jun. 2019.

ANEXO I - CONSELHOS QUE RESPONDERAM A PESQUISA

Tabela 3: Conselhos profissionais que responderam a pesquisa

ÁREA DE ATUAÇÃO	CONSELHO	INSCRITOS	ATIVOS	% DE ATIVOS
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo	1.600.109	534.590	33,4%
Contabilidade	Conselho Federal de Contabilidade	1.204.000	517.000	42,9%
Educação Física	Conselho Federal de Educação Física	456.000	391.000	85,7%
Corretores de Imóveis	Conselho Federal de Corretores de Imóveis	430.000	385.000	89,5%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro	383.194	274.829	71,7%
Administração	Conselho Federal de Administração	342.484	342.484	100,0%
Representantes Comerciais	Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo	304.023	136.607	44,9%
Corretores de Imóveis	Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 2ª Região	230.828	142.170	61,6%
Química	Conselho Federal de Química	226.047	226.047	100,0%
Farmácia	Conselho Federal de Farmácia	225.000	180.000	80,0%
Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado da Bahia	209.614	112.786	53,8%
Medicina	Conselho Regional de Medicina de São Paulo	205.632	145.326	70,7%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais	191.889	191.909	100,0%
Técnicos em Radiologia	Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia	189.517	118.721	62,6%
Odontologia	Conselho Regional de Odontologia de São Paulo	183.770	130.536	71,0%
Medicina Veterinária	Conselho Federal de Medicina Veterinária	178.904	127.307	71,2%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem do Paraná	169.660	102.486	60,4%
Arquitetura e Urbanismo	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	160.000	120.000	75,0%
Educação Física	Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região	156.759	127.388	81,3%
Psicologia	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo	153.971	103.823	67,4%
Representantes Comerciais	Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio de Janeiro	142.956	22.000	15,4%
Contabilidade	Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro	128.862	53.826	41,8%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul	127.530	123.875	97,1%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem da Bahia	126.947	126.947	100,0%
Contabilidade	Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais	122.018	53.362	43,7%

ÁREA DE ATUAÇÃO	CONSELHO	INSCRITOS	ATIVOS	% DE ATIVOS
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco	117.122	92.602	79,1%
Representantes Comerciais	Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio Grande do Sul	108.070	43.641	40,4%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem do Ceará	107.368	72.820	67,8%
Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul	104.848	60.157	57,4%
Farmácia	Conselho Regional de Farmácia de São Paulo	104.637	64.597	61,7%
Contabilidade	Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul	100.126	37.819	37,8%
Odontologia	Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais	97.236	70.141	72,1%
Química	Conselho Regional de Química da 4ª Região	96.581	89.909	93,1%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina	93.686	57.957	61,9%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem do Pará	91.321	70.112	76,8%
Biologia	Conselho Federal de Biologia	87.449	46.342	53,0%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem do Goiás	84.157	56.912	67,6%
Farmácia	Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais	81.430	41.721	51,2%
Medicina	Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais	79.746	55.230	69,3%
Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Pará	78.740	44.683	56,7%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem de Brasília	78.567	50.126	63,8%
Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Goiás	76.554	58.531	76,5%
Representantes Comerciais	Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Minas Gerais	76.288	51.647	67,7%
Administração	Conselho de Administração de Minas Gerais	74.838	43.659	58,3%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão	67.780	54.773	80,8%
Administração	Conselho de Administração de São Paulo	66.936	65.452	97,8%
Biomedicina	Conselho Federal de Biomedicina	66.000	45.000	68,2%
Representantes Comerciais	Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Santa Catarina	65.544	20.525	31,3%
Educação Física	Conselho Regional de Educação Física da 1ª Região	63.146	56.400	89,3%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná	62.925	10.761	17,1%
Representantes Comerciais	Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Paraná	62.438	24.859	39,8%
Serviço Social	Conselho Regional de Serviço Social da 9ª Região	62.405	35.564	57,0%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo	61.390	39.882	65,0%
Técnicos em Radiologia	Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 5ª Região	60.000	30.000	50,0%
Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Santa Catarina	59.985	59.983	100,0%

Diagnóstico da atuação dos conselhos profissionais na cobrança de dívida ativa

ÁREA DE ATUAÇÃO	CONSELHO	INSCRITOS	ATIVOS	% DE ATIVOS
Odontologia	Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro	58.159	65.096	111,9%
Psicologia	Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais	56.223	37.308	66,4%
Representantes Comerciais	Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Goiás	54.455	21.587	39,6%
Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo	51.148	22.318	43,6%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo	50.589	37.705	74,5%
Administração	Conselho de Administração do Rio de Janeiro	49.822	46.913	94,2%
Nutricionistas	Conselho Regional de Nutricionistas da 3ª Região	47.744	47.744	100,0%
Medicina	Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul	47.055	40.053	85,1%
Química	Conselho Regional de Química da 3ª Região	43.481	26.603	61,2%
Contabilidade	Conselho Regional de Contabilidade da Bahia	43.277	21.752	50,3%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas	43.000	43.000	100,0%
Medicina	Conselho Regional de Medicina do Paraná	42.301	27.693	65,5%
Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Amazonas	40.810	20.027	49,1%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba	39.335	39.335	100,0%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais	38.500	28.765	74,7%
Corretores de Imóveis	Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 4ª Região	37.930	24.261	64,0%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul	37.640	23.236	61,7%
Biologia	Conselho Regional de Biologia - 1ª Região	36.825	16.382	44,5%
Educação Física	Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região	36.526	24.490	67,0%
Corretores de Imóveis	Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 11ª Região	36.377	24.342	66,9%
Técnicos em Radiologia	Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 4ª Região	36.364	22.208	61,1%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte	35.261	35.261	100,0%
Odontologia	Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul	34.578	34.499	99,8%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas	34.066	25.388	74,5%
Psicologia	Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul	32.351	22.964	71,0%
Administração	Conselho de Administração de Santa Catarina	31.731	18.576	58,5%
Odontologia	Conselho Regional de Odontologia de Goiás	31.246	22.255	71,2%
Psicologia	Conselho Regional de Psicologia do Paraná	30.043	20.347	67,7%
Corretores de Imóveis	Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 5ª Região	29.640	19.018	64,2%

ÁREA DE ATUAÇÃO	CONSELHO	INSCRITOS	ATIVOS	% DE ATIVOS
Representantes Comerciais	Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito Santo	29.444	20.160	68,5%
Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Pernambuco	29.078	24.492	84,2%
Administração	Conselho de Administração de Brasília	28.931	17.014	58,8%
Farmácia	Conselho Regional de Farmácia do Paraná	28.890	17.794	61,6%
Medicina	Conselho Regional de Medicina de Pernambuco	28.317	19.114	67,5%
Educação Física	Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região	28.250	21.888	77,5%
Contabilidade	Conselho Regional de Contabilidade de Brasília	28.246	14.404	51,0%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem do Piauí	28.233	27.786	98,4%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso	28.045	27.778	99,0%
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região	27.487	27.487	100,0%
Administração	Conselho de Administração do Espírito Santo	27.222	15.758	57,9%
Serviço Social	Conselho Regional de Serviço Social da 6ª Região	26.184	16.795	64,1%
Educação Física	Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região	25.687	20.122	78,3%
Corretores de Imóveis	Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 8ª Região	25.155	11.391	45,3%
Medicina	Conselho Regional de Medicina do Goiás	24.644	15.418	62,6%
Farmácia	Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro	24.169	18.500	76,5%
Odontologia	Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco	23.958	18.173	75,9%
Nutricionistas	Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Região	23.359	19.037	81,5%
Corretores de Imóveis	Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 9ª Região	23.268	13.019	56,0%
Serviço Social	Conselho Regional de Serviço Social da 5ª Região	23.196	14.649	63,2%
Farmácia	Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul	23.061	15.622	67,7%
Odontologia	Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina	23.018	20.667	89,8%
Representantes Comerciais	Conselho Federal dos Representantes Comerciais	22.296	6.000	26,9%
Química	Conselho Regional de Química da 2ª Região	22.000	14.000	63,6%
Química	Conselho Regional de Química da 5ª Região	21.713	15.803	72,8%
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região	21.110	14.309	67,8%
Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Rondônia	20.972	4.723	22,5%
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região	20.838	19.979	95,9%

Diagnóstico da atuação dos conselhos profissionais na cobrança de dívida ativa

ÁREA DE ATUAÇÃO	CONSELHO	INSCRITOS	ATIVOS	% DE ATIVOS
Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Mato Grosso	20.759	10.436	50,3%
Medicina	Conselho Regional de Medicina do Ceará	20.692	14.818	71,6%
Odontologia	Conselho Regional de Odontologia do Ceará	20.425	15.670	76,7%
Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Mato Grosso do Sul	19.977	10.898	54,6%
Profissionais de Relações Públicas	Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas	19.417	5.948	30,6%
Fonoaudiologia	Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região	19.284	12.563	65,1%
Nutricionistas	Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região	19.068	14.806	77,6%
Administração	Conselho de Administração do Paraná	18.537	18.049	97,4%
Psicologia	Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina	18.488	13.387	72,4%
Representantes Comerciais	Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Mato Grosso	18.475	17.973	97,3%
Corretores de Imóveis	Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 15ª Região	18.153	11.748	64,7%
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região	17.740	15.219	85,8%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem de Tocantins	17.736	17.736	100,0%
Arquitetura e Urbanismo	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul	17.522	15.593	89,0%
Técnicos em Radiologia	Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 3ª Região	17.312	8.290	47,9%
Representantes Comerciais	Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Ceará	17.285	10.012	57,9%
Nutricionistas	Conselho Regional de Nutricionistas da 1ª Região	17.114	11.677	68,2%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro	16.377	11.188	68,3%
Medicina	Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo	16.315	10.847	66,5%
Contabilidade	Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul	15.736	7.410	47,1%
Administração	Conselho de Administração do Amazonas	15.266	12.206	80,0%
Medicina	Conselho Regional de Medicina do Pará	14.962	8.964	59,9%
Administração	Conselho de Administração do Ceará	14.788	9.786	66,2%
Educação Física	Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região	14.500	10.000	69,0%
Técnicos em Radiologia	Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 6ª Região	14.318	7.303	51,0%
Contabilidade	Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte	14.140	6.350	44,9%

ÁREA DE ATUAÇÃO	CONSELHO	INSCRITOS	ATIVOS	% DE ATIVOS
Representantes Comerciais	Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Mato Grosso do Sul	14.078	9.025	64,1%
Educação Física	Conselho Regional de Educação Física da 13ª Região	13.738	11.787	85,8%
Biomedicina	Conselho Regional de Biomedicina - 3ª Região	13.290	7.659	57,6%
Psicologia	Conselho Regional de Psicologia do Goiás	13.205	9.106	69,0%
Odontologia	Conselho Regional de Odontologia da Paraíba	13.135	9.648	73,5%
Química	Conselho Regional de Química da 9ª Região	13.070	8.662	66,3%
Psicologia	Conselho Regional de Psicologia do Ceará	12.975	8.892	68,5%
Economia	Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro	12.937	12.753	98,6%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem do Amapá	12.890	11.371	88,2%
Nutricionistas	Conselho Regional de Nutricionistas da 8ª Região	12.755	8.382	65,7%
Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Sergipe	12.737	12.737	100,0%
Corretores de Imóveis	Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 7ª Região	12.661	7.639	60,3%
Farmácia	Conselho Regional de Farmácia da Bahia	12.337	9.367	75,9%
Medicina	Conselho Regional de Medicina da Paraíba	12.317	7.772	63,1%
Serviço Social	Conselho Regional de Serviço Social da 3 Região	12.149	8.514	70,1%
Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão	11.761	11.761	100,0%
Representantes Comerciais	Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amazonas	11.749	6.437	54,8%
Fonoaudiologia	Conselho Regional de Fonoaudiologia da 5ª Região	11.584	5.569	48,1%
Educação Física	Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região	11.296	10.001	88,5%
Química	Conselho Regional de Química da 13ª Região	11.100	9.691	87,3%
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 6ª Região	10.890	6.898	63,3%
Estatística	Conselho Regional de Estatística	10.691	7.800	73,0%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Goiás	10.600	6.638	62,6%
Medicina	Conselho Regional de Medicina do Mato Grosso do Sul	10.590	6.316	59,6%
Administração	Conselho de Administração do Pará	10.437	7.428	71,2%
Biblioteconomia	Conselho Regional de Biblioteconomia - 8ª Região	10.437	4.653	44,6%
Nutricionistas	Conselho Regional de Nutricionistas da 7ª Região	10.413	8.122	78,0%
Serviço Social	Conselho Regional de Serviço Social da 15ª Região	10.247	8.000	78,1%
Corretores de Imóveis	Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 12ª Região	10.170	7.306	71,8%
Medicina	Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte	10.094	6.609	65,5%
Contabilidade	Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia	10.059	4.388	43,6%

Diagnóstico da atuação dos conselhos profissionais na cobrança de dívida ativa

ÁREA DE ATUAÇÃO	CONSELHO	INSCRITOS	ATIVOS	% DE ATIVOS
Farmácia	Conselho Regional de Farmácia do Goiás	10.028	10.028	100,0%
Economia	Conselho Regional de Economia de Minas Gerais	9.790	4.219	43,1%
Corretores de Imóveis	Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 14ª Região	9.784	5.938	60,7%
Odontologia	Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte	9.724	7.173	73,8%
Psicologia	Conselho Regional de Psicologia do Amazona	9.548	9.340	97,8%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina	9.534	6.836	71,7%
Técnicos em Radiologia	Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 8ª Região	9.322	7.079	75,9%
Técnicos em Radiologia	Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 10ª Região	9.295	4.265	45,9%
Corretores de Imóveis	Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 21ª Região	9.189	6.082	66,2%
Química	Conselho Regional de Química da 12ª Região	9.124	10.937	119,9%
Arquitetura e Urbanismo	Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina	9.040	8.975	99,3%
Músicos do Brasil	Conselho Regional dos Músicos de Brasília	9.000	4.784	53,2%
Educação Física	Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região	8.924	7.193	80,6%
Economia	Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul	8.693	3.645	41,9%
Odontologia	Conselho Regional de Odontologia do Espírito Santo	8.617	6.032	70,0%
Fonoaudiologia	Conselho Regional de Fonoaudiologia da 6ª Região	8.597	6.023	70,1%
Química	Conselho Regional de Química da 7ª Região	8.457	5.001	59,1%
Técnicos em Radiologia	Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 15ª Região	8.456	4.482	53,0%
Farmácia	Conselho Regional de Farmácia do Amazonas	8.315	6.605	79,4%
Farmácia	Conselho Regional de Farmácia de Brasília	8.138	5.573	68,5%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem de Roraima	8.074	8.074	100,0%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Mato Grosso do Sul	7.991	5.442	68,1%
Psicologia	Conselho Regional de Psicologia do Mato Grosso do Sul	7.913	4.543	57,4%
Odontologia	Conselho Regional de Odontologia do Mato Grosso	7.816	7.816	100,0%
Medicina	Conselho Regional de Medicina do Piauí	7.759	5.092	65,6%
Administração	Conselho de Administração de Pernambuco	7.728	6.825	88,3%
Técnicos em Radiologia	Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 9ª Região	7.719	4.024	52,1%
Enfermagem	Conselho Regional de Enfermagem do Acre	7.716	7.755	100,5%
Serviço Social	Conselho Regional de Serviço Social da 2ª Região	7.657	5.604	73,2%
Economia	Conselho Regional de Economia do Paraná	7.649	3.283	42,9%

ÁREA DE ATUAÇÃO	CONSELHO	INSCRITOS	ATIVOS	% DE ATIVOS
Farmácia	Conselho Regional de Farmácia do Espírito Santo	7.531	5.197	69,0%
Serviço Social	Conselho Regional de Serviço Social da 17ª Região	7.486	4.741	63,3%
Economia	Conselho Regional de Economia de Brasília	7.404	3.590	48,5%
Psicologia	Conselho Regional de Psicologia da Paraíba	7.202	4.836	67,1%
Serviço Social	Conselho Regional de Serviço Social da 19ª Região	7.192	4.133	57,5%
Contabilidade	Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão	7.081	7.081	100,0%
Arquitetura e Urbanismo	Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia	6.974	5.487	78,7%
Serviço Social	Conselho Regional de Serviço Social da 18ª Região	6.969	2.333	33,5%
Serviço Social	Conselho Regional de Serviço Social da 13ª Região	6.969	4.977	71,4%
Representantes Comerciais	Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado da Paraíba	6.948	5.915	85,1%
Psicologia	Conselho Regional de Psicologia do Espírito Santo	6.942	5.505	79,3%
Fonoaudiologia	Conselho Regional de Fonoaudiologia da 4ª Região	6.936	4.853	70,0%
Corretores de Imóveis	Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 17ª Região	6.578	3.340	50,8%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária da Bahia	6.419	4.727	73,6%
Técnicos em Radiologia	Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 14ª Região	6.362	4.404	69,2%
Educação Física	Conselho Regional de Educação Física da 10ª Região	6.346	5.515	86,9%
Arquitetura e Urbanismo	Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Brasília	6.337	5.841	92,2%
Farmácia	Conselho Regional de Farmácia de Mato Grosso do Sul	6.265	3.468	55,4%
Fonoaudiologia	Conselho Regional de Fonoaudiologia da 1ª Região	6.076	5.906	97,2%
Medicina	Conselho Regional de Medicina de Rondônia	6.003	2.976	49,6%
Contabilidade	Conselho Regional de Contabilidade de Tocantins	5.965	3.239	54,3%
Representantes Comerciais	Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Tocantins	5.922	5.922	100,0%
Administração	Conselho de Administração de Rondônia	5.866	2.415	41,2%
Educação Física	Conselho Regional de Educação Física da 17ª Região	5.850	5.150	88,0%
Técnicos em Radiologia	Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 2ª Região	5.828	3.281	56,3%
Educação Física	Conselho Regional de Educação Física da 16ª Região	5.812	5.023	86,4%
Técnicos em Radiologia	Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 1ª Região	5.787	2.940	50,8%
Biologia	Conselho Regional de Biologia - 8ª Região	5.734	4.259	74,3%
Corretores de Imóveis	Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 20ª Região	5.570	4.578	82,2%
Serviço Social	Conselho Regional de Serviço Social da 16ª Região	5.553	3.995	71,9%

Diagnóstico da atuação dos conselhos profissionais na cobrança de dívida ativa

ÁREA DE ATUAÇÃO	CONSELHO	INSCRITOS	ATIVOS	% DE ATIVOS
Corretores de Imóveis	Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 22ª Região	5.540	4.161	75,1%
Nutricionistas	Conselho Regional de Nutricionistas da 10ª Região	5.447	5.447	100,0%
Biologia	Conselho Regional de Biologia - 7ª Região	5.400	2.900	53,7%
Medicina	Conselho Regional de Medicina do Tocantins	5.252	2.949	56,2%
Economia	Conselho Regional de Economia de Pernambuco	5.236	1.546	29,5%
Biologia	Conselho Regional de Biologia - 6ª Região	5.195	4.367	84,1%
Representantes Comerciais	Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Alagoas	5.154	530	10,3%
Biomedicina	Conselho Regional de Biomedicina - 5ª Região	5.024	3.885	77,3%
Administração	Conselho de Administração do Piauí	5.000	3.965	79,3%
Arquitetura e Urbanismo	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Góias	4.805	4.042	84,1%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária de Brasília	4.780	2.935	61,4%
Psicologia	Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Norte	4.707	3.674	78,1%
Odontologia	Conselho Regional de Odontologia de Sergipe	4.676	4.676	100,0%
Serviço Social	Conselho Regional de Serviço Social da 22ª Região	4.674	3.586	76,7%
Psicologia	Conselho Regional de Psicologia do Mato Grosso	4.657	4.206	90,3%
Arquitetura e Urbanismo	Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco	4.629	3.439	74,3%
Biblioteconomia	Conselho Regional de Biblioteconomia - 6ª Região	4.566	2.323	50,9%
Fonoaudiologia	Conselho Regional de Fonoaudiologia da 9ª Região	4.458	2.248	50,4%
Profissionais de Relações Públicas	Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas da 2ª Região	4.191	1.334	31,8%
Fonoaudiologia	Conselho Regional de Fonoaudiologia da 3ª Região	4.112	3.828	93,1%
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 15ª Região	4.075	4.075	100,0%
Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Amapá	4.024	858	21,3%
Educação Física	Conselho Regional de Educação Física da 20ª Região	3.822	2.988	78,2%
Arquitetura e Urbanismo	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo	3.739	3.094	82,7%
Estatística	Conselho Regional de Estatística da 2ª Região	3.679	2.552	69,4%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Ceará	3.657	2.270	62,1%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária de Pernambuco	3.598	2.610	72,5%
Farmácia	Conselho Regional de Farmácia de Rondônia	3.536	2.637	74,6%

ÁREA DE ATUAÇÃO	CONSELHO	INSCRITOS	ATIVOS	% DE ATIVOS
Farmácia	Conselho Regional de Farmácia da Paraíba	3.532	3.532	100,0%
Biblioteconomia	Conselho Regional de Biblioteconomia - 1ª Região	3.468	1.674	48,3%
Administração	Conselho de Administração da Paraíba	3.411	3.411	100,0%
Arquitetura e Urbanismo	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará	3.383	3.169	93,7%
Educação Física	Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região	3.216	2.900	90,2%
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 13ª Região	3.211	2.455	76,5%
Psicologia	Conselho Regional de Psicologia do Maranhão	3.185	2.930	92,0%
Administração	Conselho de Administração de Alagoas	3.112	2.993	96,2%
Economia	Conselho Regional de Economia do Amazonas	3.072	1.699	55,3%
Despachantes Documentalistas do Brasil	Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas de Belo Horizonte	3.000	2.000	66,7%
Economia	Conselho Regional de Economia do Ceará	2.990	1.214	40,6%
Técnicos em Radiologia	Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 7ª Região	2.869	1.825	63,6%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Piauí	2.813	2.368	84,2%
Biblioteconomia	Conselho Regional de Biblioteconomia - 10ª Região	2.572	1.187	46,2%
Estatística	Conselho Regional de Estatística da 3ª Região	2.560	1.628	63,6%
Fonoaudiologia	Conselho Regional de Fonoaudiologia da 7ª Região	2.491	2.491	100,0%
Economia	Conselho Regional de Economia do Pará	2.384	2.337	98,0%
Museologia	Conselho Federal de Museologia	2.361	1.435	60,8%
Arquitetura e Urbanismo	Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba	2.325	2.297	98,8%
Química	Conselho Regional de Química da 20ª Região	2.290	2.176	95,0%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Maranhão	2.276	1.614	70,9%
Arquitetura e Urbanismo	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas	2.165	1.878	86,7%
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 18ª Região	2.150	2.150	100,0%
Química	Conselho Regional de Química da 10ª Região	2.111	2.042	96,7%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária da Paraíba	2.070	1.396	67,4%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária de Rondônia	2.065	1.418	68,7%

Diagnóstico da atuação dos conselhos profissionais na cobrança de dívida ativa

ÁREA DE ATUAÇÃO	CONSELHO	INSCRITOS	ATIVOS	% DE ATIVOS
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 17ª Região	2.015	2.403	119,3%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Tocantins	2.014	1.318	65,4%
Farmácia	Conselho Regional de Farmácia de Alagoas	2.010	2.010	100,0%
Biblioteconomia	Conselho Regional de Biblioteconomia - 5ª Região	2.001	888	44,4%
Corretores de Imóveis	Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 24ª Região	1.990	1.620	81,4%
Biblioteconomia	Conselho Regional de Biblioteconomia - 9ª Região	1.956	751	38,4%
Química	Conselho Regional de Química da 17ª Região	1.834	1.305	71,2%
Administração	Conselho de Administração do Amapá	1.763	1.533	87,0%
Medicina	Conselho Regional de Medicina do Amapá	1.733	960	55,4%
Química	Conselho Regional de Química da 8ª Região	1.726	1.038	60,1%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Norte	1.675	1.123	67,0%
Estatística	Conselho Regional de Estatística da 5ª Região	1.654	1.783	107,8%
Administração	Conselho de Administração do Acre	1.615	1.615	100,0%
Economia	Conselho Regional de Economia de Santa Catarina	1.506	1.499	99,5%
Técnicos em Radiologia	Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 18ª Região	1.480	1.480	100,0%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Amazonas	1.422	1.010	71,0%
Economia	Conselho Regional de Economia do Mato Grosso do Sul	1.374	730	53,1%
Economia	Conselho Regional de Economia de Sergipe	1.328	631	47,5%
Despachantes Documentalistas do Brasil	Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Rio Grande do Sul	1.300	1.300	100,0%
Economia	Conselho Regional de Economia do Mato Grosso	1.212	1.058	87,3%
Museologia	Conselho Regional de Museologia - 2ª Região	1.191	326	27,4%
Economia	Conselho Regional de Economia do Goiás	1.059	1.035	97,7%
Biblioteconomia	Conselho Regional de Biblioteconomia - 3ª Região	1.055	808	76,6%
Biblioteconomia	Conselho Regional de Biblioteconomia - 2ª Região	1.022	495	48,4%
Biblioteconomia	Conselho Regional de Biblioteconomia - 4ª Região	1.020	705	69,1%
Economia	Conselho Regional de Economia do Espírito Santo	938	828	88,3%
Farmácia	Conselho Regional de Farmácia do Amapá	892	811	90,9%
Economia	Conselho Regional de Economia do Maranhão	867	760	87,7%
Economia	Conselho Regional de Economia da Paraíba	860	670	77,9%
Arquitetura e Urbanismo	Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Tocantins	748	676	90,4%
Economia	Conselho Regional de Economia de Rondônia	721	465	64,5%

ÁREA DE ATUAÇÃO	CONSELHO	INSCRITOS	ATIVOS	% DE ATIVOS
Química	Conselho Regional de Química da 18ª Região	713	523	73,4%
Arquitetura e Urbanismo	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre	642	538	83,8%
Músicos do Brasil	Conselho Regional dos Músicos do Tocantins	552	177	32,1%
Museologia	Conselho Regional de Museologia - 1ª Região	500	453	90,6%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Acre	482	341	70,7%
Economistas Domésticos	Conselho Regional de Economistas Domésticos - CRED III	450	261	58,0%
Despachantes Documentalistas do Brasil	Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Mato Grosso do Sul	409	245	59,9%
Corretores de Imóveis	Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 26ª Região	400	301	75,2%
Medicina Veterinária	Conselho Regional de Medicina Veterinária de Roraima	329	223	67,8%
Economia	Conselho Regional de Economia de Roraima	320	86	26,9%
Economia	Conselho Regional de Economia do Acre	300	298	99,3%
Museologia	Conselho Regional de Museologia - 3ª Região	236	154	65,3%
Estatística	Conselho Regional de Estatística da 4ª Região	200	125	62,5%
Museologia	Conselho Regional de Museologia - 5ª Região	125	95	76,0%

ANEXO II - MODELO DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO APLICADO AOS CONSELHOS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

I - Identificação do Respondente

Nome:

Email:

II - Identificação do Conselho

Identificação do Conselho: Atuação do Conselho, Sede do Conselho, Área de Atuação, Nome do Conselho

III - Dados Gerais do Conselho

Há cadastro atualizado dos profissionais?

- Sim
- Não

Em relação às informações de contato, selecione os dados contidos no cadastro:

- Endereço residencial
- Endereço comercial
- Endereço de e-mail
- Telefone residencial
- Telefone celular

Dentre os meios facilitadores para pagamento de débitos dos profissionais, selecione os meios disponibilizados no site de seu Conselho:

- Emissão de boleto no próprio site
- Pagamento online via cartão de crédito no próprio site
- Dados para transferência bancária disponibilizados no próprio site
- Não disponibiliza meios facilitadores para pagamentos no site
- Outros. **Justifique:**

Número de profissionais inscritos:

Número de registros ativos:

Número de registros suspensos:

Número de registros cassados:

Número de ações nas quais se discute a suspensão/cassação do registro do profissional:

Número de registros suspensos/cassados em razão de inadimplência do profissional no pagamento da anuidade:

IV - Dados sobre a cobrança extrajudicial de anuidades

Tempo mínimo de inadimplência do crédito usualmente aplicado pelo conselho para adoção da primeira providência administrativa de cobrança (em meses):

Tempo máximo de inadimplência do crédito usualmente aplicado pelo conselho para adoção da primeira providência administrativa de cobrança (em meses):

Há valor mínimo do crédito para adoção da primeira providência administrativa de cobrança

- Sim
- Não

Qual valor?

Método de cobrança administrativa utilizado:

- Carta
- Protesto
- Notificação
- Outros

Há gradação entre os mecanismos administrativos de cobrança utilizados?

- Sim
- Não

Qual?

Número de cobranças administrativas em curso:

Há formas de negociação administrativa do crédito?

- Sim
- Não

Qual?

- Parcelamento
- Parcelamento no cartão de crédito
- Outros

Quais Outros?

Quantidade de créditos recuperados administrativamente em 2018

Valor total dos créditos recuperados administrativamente em 2018:

Há ato normativo (lei, portaria, regulamento, resolução e etc.) que regulamente o procedimento de cobrança de anuidades?

- Sim
- Não

Arquivo:

V - Execução Fiscal

É realizada alguma análise da viabilidade da recuperação do crédito antes da propositura da execução fiscal?

() Sim

() Não

Número de execuções fiscais em trâmite no Poder Judiciário:

Número de execuções fiscais ajuizadas em 2018:

Soma dos valores dos créditos ajuizados em 2018:

Soma dos valores dos créditos de execução fiscal em trâmite no Poder Judiciário:

Soma dos valores dos créditos recuperados judicialmente em 2018:

Tempo mínimo de inadimplemento que o conselho aguarda até o ajuizamento da execução fiscal (em meses):

Tempo máximo de inadimplemento que o conselho aguarda até o ajuizamento da execução fiscal (em meses):

VI - Dados do Presidente do Conselho

Nome:

Telefone:

Email:

VII - Considerações Finais

Caso queira prestar esclarecimentos sobre quaisquer das respostas anteriores, utilize o campo abaixo:

www.cnj.jus.br